

## EDITORIAL

---

A Revista Científica IUEJ é uma publicação do Instituto Unificado de Ensino Jurídico (IUEJ). Destina-se à publicação de trabalhos técnico- científicos de professores, profissionais e alunos envolvidos em estudos e práticas produzidas no âmbito da Psicologia Jurídica. Tem por finalidade contribuir para a produção, divulgação e utilização do conhecimento produzido na área da Psicologia e Direito, visando o aperfeiçoamento e a atualização dos profissionais relacionados. A revista é um periódico de acesso aberto, com publicação em português, no formato impresso e disponibilizado *online* em pdf.

Os conteúdos presentes na Revista Científica IUEJ advêm de um olhar sobre o direito e a psicologia. Aborda temáticas como: violação dos direitos das crianças e adolescentes com alienação parental e abandono afetivo paterno; socioeducação e promoção da dignidade de adolescentes em liberdade assistida; impacto da separação mãe e bebê em ambiente prisional; contribuição da psicologia no diagnóstico do transtorno de personalidade antissocial e atuação do psicólogo na vara da infância e juventude como garantia de direitos.

A atuação do psicólogo na vara da infância e juventude fortalece a garantia de direitos. Os conflitos, muitas vezes, são resolvidos e os sofrimentos minimizados quando a assistência desse profissional é adequada (ALBUQUERQUE, 2019). A psicologia negativa é acionada, de maneira inconsciente, nos atores do processo de separação conjugal, devido a disputa por interesses, dentre eles o mais conflituoso é a guarda do(s) filho(s). As perspectivas teóricas e práticas adotadas na vivência conduzida pelo psicólogo potencializa a concretização de um trabalho em consonância com a Psicologia Jurídica.

A superproteção do genitor alienador e o abandono afetivo paterno, leva a alienação parental. Esse sentimento protetor pode reduzir-se com o tempo. Contudo, em pais frágeis psicologicamente a proteção pode elevar-se, desencadeando o processo de alienação. Pais portadores desse comportamento entendem que o genitor afastado (por motivo de separação, divórcio...) é uma ameaça em potencial, assim como todo o mundo que o cerca (VIEIRA; BOTTA, 2013). Além das dificuldades nos relacionamentos, a privação paterna pode ser desencadeada pela baixa autoestima e depressão.

A trajetória escolar de adolescente sob liberdade assistida também é pontuada por conflitos. Eles são transferidos e/ou expulsos das escolas que frequentam (SILVA; SALES, 2011). A escola é essencial no desenvolvimento de novas perspectivas de futuro,

potencialidades e inserção no mercado de trabalho de adolescente sob liberdade assistida. Entretanto, essa instituição não está preparada para receber adolescentes “fora do padrão”.

Mudando de contexto, o vínculo das mães encarceradas com seus bebês é mais forte do que se estivessem em liberdade, visto que um dia chegará o momento da separação (SANTOS, 2017). Para ele, as mães encarceradas conseguem agir com dedicação, apego e se vinculam aos seus bebês, criando um elo emocional com o recém-nascido. Um bebê que nasce dentro da prisão e é separado de sua mãe, logo após o período de lactação, na maioria das vezes, e entregue a familiares ou lares de adoção, apresenta prejuízos, dentre eles a perda do vínculo mãe-bebê. Ambos necessitarão futuramente de intervenções psicológicas.

A Psicologia auxilia o direito de modo complementar e deve assumir responsabilidades apenas nos aspectos conscientes e inconscientes, na área que lhe compete (MIRANDA, 2012). Por fim, fica evidente a importância da Psicologia Jurídica, uma vez que os psicólogos no âmbito da justiça, integram a psicologia e o direito, auxiliando os envolvidos no processo quanto à saúde mental.

## REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, L.A. F. P. de. A atuação dos profissionais de psicologia da vara da infância e juventude na política de adoção. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, 2019.

MIRANDA, A. B. S.de. **Atuação do Psicólogo no Campo Jurídico**. Psicologado, [S.l.]. (2012). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/atuacao-do-psicologo-no-campo-juridico> . Acesso em 4 Jul 2020.

SANTOS, A. C. S. L. dos. **Relação mãe-bebê em contexto de cárcere: um estudo psicanalítico**. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, 2017.

SILVA, I. R.de O.; SALLES, L. M. F. Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia I Campinas I**, v.28, n.3, p. 353-362, 2011.

VIEIRA, L. A. T.; BOTTA, R. A. A. O Efeito Devastador da Alienação Parental: e suas Sequelas Psicológicas sobre o Infante e Genitor Alienado. **Psicologado**, [S.l.]. (2013). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-juridica/o-efeito-devastador-da-alienacao-parental-e-suas-sequelas-psicologicas-sobre-o-infante-e-genitor-alienado> . Acesso em 3 Jul 2020.